



ÁGUAS DE NITERÓI S.A.

CNPJ 02.150.336/0001-66

Balanco patrimonial 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)						
	Nota	31/12/2024	31/12/2023			
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	6	117.559	125.195			
Contas a receber de clientes	7	75.850	77.477			
Estoques		3.981	706			
Despesas antecipadas		2.155	2.143			
Créditos com partes relacionadas	22	208	382			
Tributos a recuperar		103	85			
Outros ativos		2.781	2.559			
		202.637	208.547			
Não circulante						
Outras aplicações financeiras	8	1.543	1.612			
Tributos diferidos	17	-	2.831			
Depósitos judiciais		15.073	11.879			
Tributos a recuperar		133	153			
Operações com derivativos		6	493			
Ativo de direito de uso	9	67	938			
Imobilizado	10	2.850	2.417			
Ativo de contrato	11	63.057	62.375			
Intangível	12	301.649	289.252			
		384.372	372.451			
		587.009	580.998			
Total do ativo						
	Nota	31/12/2024	31/12/2023			
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	13	18.935	18.043			
Empréstimos e financiamentos	14	7.259	19.386			
Passivos de arrendamento	14	82	1.008			
Debêntures e notas comerciais escriturais	15	27.527	35.969			
Obrigações tributárias	16	6.475	8.309			
Obrigações trabalhistas		7.362	7.938			
Ônus da concessão	19	4.206	4.268			
Obrigações com acionistas	22	89.078	36.373			
ICMS a devolver a clientes	18	2.297	2.193			
Débitos com partes relacionadas	22	3.032	2.198			
Outras obrigações	20	5.877	5.676			
		172.130	141.361			
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	14	148.256	115.558			
Passivos de arrendamento	14	-	85			
Debêntures e notas comerciais escriturais	15	36.243	60.358			
Tributos diferidos	17	1.034	-			
Provisões para contingências	21	8.041	13.378			
		193.574	189.379			
Patrimônio líquido						
Capital social		151.000	151.000			
Reservas de lucros		70.035	99.258			
		221.035	250.258			
		587.009	580.998			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						
Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)						
	Nota	31/12/2024	31/12/2023			
Receita líquida	24	635.167	619.801			
Custo dos serviços prestados	25	(313.888)	(308.191)			
Lucro bruto		321.279	311.610			
Recargas (despesas) operacionais		-	-			
Despesas gerais e administrativas	26	(132.013)	(117.300)			
Outras receitas operacionais		741	715			
		(131.272)	(116.585)			
Resultado operacional antes do resultado financeiro		190.007	195.025			
Resultado financeiro		-	-			
Recargas financeiras	27	18.407	21.390			
Despesas financeiras	27	(17.480)	(25.283)			
		927	(3.893)			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		190.934	191.132			
Imposto de renda e contribuição social - corrente	17b	(49.448)	(56.158)			
Imposto de renda e contribuição social - diferido	17b	(3.865)	(2.233)			
Lucro líquido do exercício		137.621	132.741			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						
Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)						
	31/12/2024	31/12/2023				
Lucro líquido do exercício	137.621	132.741				
Outros resultados abrangentes	-	-				
Total do resultado abrangente do exercício	137.621	132.741				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						
Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)						
Reserva de lucros						
	Capital social	Reserva legal	Reserva de investimentos	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos 1º de janeiro de 2023	151.000	30.200	4.846	70.503	-	256.549
Lucro líquido do exercício	-	-	-	132.741	-	132.741
Dividendos intermediários	-	-	-	(90.274)	-	(90.274)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(15.573)	-	(15.573)
Proposta de destinação do resultado do exercício	-	-	-	-	-	-
Reserva de investimentos	-	-	4.978	-	(4.978)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(33.185)	(33.185)
Retenção de lucros	-	-	-	94.578	(94.578)	-
Saldos 31 de dezembro de 2023	151.000	30.200	9.824	59.234	-	250.258
Lucro líquido do exercício	-	-	-	137.621	-	137.621
Dividendos intermediários	-	-	(9.824)	(47.820)	-	(57.644)
Dividendos intercalares	-	-	-	(60.000)	-	(60.000)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(14.525)	-	(14.525)
Proposta de destinação do resultado do exercício	-	-	-	-	-	-
Reserva de investimentos	-	-	2.161	-	(2.161)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(34.405)	(34.405)
Retenção de lucros	-	-	-	41.055	(41.055)	-
Saldos 31 de dezembro de 2024	151.000	30.200	2.161	37.944	-	221.305
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						
Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)						
	31/12/2024	31/12/2023				
Fluxo de caixa das atividades operacionais	190.934	191.132				
Lucro do exercício antes dos tributos sobre o lucro líquido						
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido:						
Depreciação e amortização	26.752	25.169				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos e amortização de custos de transação	7.790	6.410				
Juros sobre debêntures, notas comerciais escriturais e amortização de custos de transação	9.405	13.937				
Ganho com operações de swap	(513)	(208)				
Variações monetárias	648	965				
Atualização monetária das contingências	(3.292)	276				
Provisão para perdas esperadas de créditos das contas a receber	27.963	25.090				
Reversão de contingências	(2.045)	(1.471)				
Resultado na alienação de imobilizado e intangível	(9)	73				
Ganho com derivativos	493	83				
Variações dos ativos e passivos						
Contas a receber de clientes	(26.336)	(35.014)				
Estoques	(3.275)	57				
Depósitos judiciais	(3.194)	62				
Tributos a recuperar	(742)	(5.933)				
Despesas antecipadas	(12)	(299)				
Outros ativos	(222)	(1.069)				
Outras aplicações financeiras	69	3.033				
Fornecedores	892	1.028				
Ônus da concessão	(62)	256				
Obrigações tributárias	(2.480)	(1.292)				
Obrigações trabalhistas	(576)	957				
ICMS a devolver a clientes	104	120				
Partes relacionadas, líquidas	1.008	210				
Outras obrigações	201	826				
	223.501	224.398				
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(50.158)	(48.063)				
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(11.965)	(10.322)				
Pagamento de juros sobre arrendamentos	(79)	(196)				
Pagamento de juros sobre debêntures e notas comerciais escriturais	(11.043)	(14.011)				
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	150.256	151.786				
Fluxo de caixa das atividades de investimentos						
Adições ao imobilizado	(1.199)	(1.215)				
Adições ao ativo de contrato e intangível	(29.309)	(43.659)				
Valor recebido pela venda de imobilizado e intangível	34	239				
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(30.474)	(44.635)				
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos						
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(111.689)	(129.014)				
Captações de empréstimos e financiamentos	34.802	49.206				
Pagamento dos arrendamentos	(1.048)	(892)				
Pagamento das debêntures e notas comerciais escriturais	(30.944)	(6.580)				
Pagamento dos empréstimos e financiamentos	(18.972)	(19.227)				
Derivativos recebidos	433	149				
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	(127.418)	(106.358)				
Aumento (redução) líquido(a) na caixa e equivalentes de caixa	(7.636)	793				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	125.195	124.402				
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	117.559	125.195				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						
Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)						
1. Contexto operacional: Águas de Niterói S.A. (a "Concessionária"), sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada à Rua Marquês do Paraná, 110, Centro, no Município de Niterói, Rio de Janeiro - Brasil, controlada pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., é uma sociedade de propósito específico de concessão entre a Prefeitura do Município de Niterói, a Empresa Municipal de Moradia, Urbanização e Saneamento - EMUSA e a Águas de Niterói S.A. (Concessionária), através do Contrato de Concessão nº 09/97 de 24 de outubro de 1997, com prazo de 30 anos, prorrogáveis, a partir da emissão da ordem de serviço inicial do contrato, que foi em 05 de novembro						

de 1999. Em 7 de dezembro de 2007 e em 11 de novembro de 2015 foram assinados termos aditivos que prorrogaram o prazo de concessão para mais 153 e 87 meses, respectivamente, que fez com que o término do contrato passasse para novembro de 2049. Seu objeto é a gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários no perímetro urbano do município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro. O serviço público de água e esgoto compreende os serviços de operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração e a cobrança direta aos usuários dos serviços, abrangendo, ainda, estudos técnicos, serviços e obras necessárias à consecução deste objeto ao longo do período da Concessão. A remuneração da Concessionária pelos serviços prestados considera a tarifa contratual cobrada diretamente dos usuários, conforme proposto no contrato de concessão, e tem por base os volumes de água e esgoto faturáveis e demais serviços, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido pela Concessionária. A tarifa, conforme contrato, será reajustada anualmente ou toda vez que for comprovada quebra do equilíbrio econômico-financeiro para uma das partes, de forma a realizar a devida remuneração dos custos de operação, manutenção e financiamentos, decorrentes dos investimentos realizados. O presente contrato de concessão possui cláusula de outorga, onde o percentual de 3,233% é aplicado sobre a arrecadação bruta oriunda do fornecimento de água tratada e coleta e tratamento de esgoto. Fim do presente contrato, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Concessionária, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas para operar plenamente os serviços concedidos, serão revertidos automaticamente para a Prefeitura de Niterói sem contrapartida financeira. 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Adicionalmente, a Concessionária considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCP 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Concessionária preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Concessionária não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Concessionária. Em 19 de março de 2025, a diretoria executiva da Concessionária autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. 2.2. Base de mensuração: As demonstrações financeiras da Concessionária foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Concessionária. 3. Políticas contábeis materiais: 3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. 3.2. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Concessionária. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, através da provisão para perdas esperadas de crédito para contas a receber. Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Concessionária não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de vencimento. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa. 3.3. Imobilizado: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), se houver. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Concessionária. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o receptor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é calculado como sendo a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor recebido do ativo, incluindo os custos de venda no período em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Benefetórias em imóveis de terceiros	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Outros imobilizados	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva. Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos. 3.4. Ativo de contrato: Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Concessionária de cobrar pelos serviços prestados aos clientes. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos e financiamentos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos transferidos para o ativo intangível. 3.5. Intangível: a) Sistema de água e esgoto: A Concessionária reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICP 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCP 05 desse mesmo Comitê (OCP 05). O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Concessionária. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Concessionária. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. b) Softwares: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada. 3.6. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. A Concessionária classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias: Ativos financeiros - custo amortizado: São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. Ativos financeiros - valor justo por meio do resultado: São reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxos de caixa pela venda de ativos. Ativos financeiros - mensuração inicial: No reconhecimento inicial, a Concessionária mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Ativos financeiros - mensuração subsequente: Custo amortizado: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. Valor justo por meio do resultado: os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. Passivos financeiros - reconhecimento inicial: Todos os passivos financeiros da Concessionária são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Concessionária incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamentos, ônus da concessão e débitos com partes relacionadas. Passivos financeiros - mensuração subsequente: Custo amortizado: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva. Valor justo por meio do resultado: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e • A Concessionária transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferido substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retenção substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. 3.7. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros: Os ativos da Concessionária são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. A Concessionária baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Concessionária. 3.8. Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Concessionária tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um

ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos. 3.9. Tributos: Imposto de renda e contribuição social correntes: A Concessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos tendo como base as adições e exclusões temporárias, oriundas das diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores considerados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que, na data da transação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço, avaliando-se a sua recuperabilidade, de acordo com premissas de projeções; e, baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributos sobre as receitas: As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Alíquotas
Contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS")	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	7,6%

Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado. 3.10. Provisões: Geral: São reconhecidas quando a Concessionária possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas: O Concessionária é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com



ÁGUAS DE NITERÓI S.A.
CNPJ 02.150.336/0001-66

clientes em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 2.297 (R\$ 2.193 em 2023). **19. Ônus da concessão:** O valor demonstrado no passivo circulante em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 4.206 (R\$ 4.268 em 2023) representa o exigível do Contrato de Concessão junto à Prefeitura Municipal de Niterói, calculado com base em um percentual de 3,233% sobre a arrecadação de tarifas de serviços prestados de distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. **20. Outras obrigações:** Abaixo apresentamos a composição dos saldos relativos a outras obrigações:

	31/12/2024	31/12/2023
Retenção contratual	2.164	1.757
Adiantamentos de clientes	3.292	3.289
Outros	421	630
	5.877	5.676

21. Provisões para contingências: As provisões para contingências são constituídas para fazer face às perdas em processos judiciais e administrativos, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião do departamento jurídico da Concessionária e de seus assessores legais. As provisões para contingências estão assim demonstradas:

	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis	7.505	12.629
Trabalhistas	536	749
	8.041	13.378

Processos com probabilidade de perda classificada como possível. A Concessionária possui processos judiciais e administrativos, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos externos, acredita que os riscos de perda são possíveis, e, por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. Essas causas estão distribuídas da seguinte forma:

	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis	49.822	63.846
Trabalhistas	6.030	3.386
Tributárias	17	272.958
	55.869	340.190

Cíveis: As ações judiciais de natureza cível têm os seguintes objetos: (i) consumo, totalizando R\$ 30.845 (R\$ 30.367 em 2023) (ii) falta de abastecimento, totalizando R\$ 4.262 (R\$ 3.708 em 2023); (iii) multiplicação de economias, totalizando R\$ 54 (R\$ 16.478 em 2023); (iv) serviços água e serviços esgoto (vazamentos, obstrução, refluxo), totalizando R\$ 4.043 (R\$ 3.292 em 2023); (v) serviços comerciais, totalizando R\$ 5.118 (R\$ 3.921 em 2023); (vi) responsabilidade civil, totalizando R\$ 2.910 (R\$ 3.506 em 2023); e (vii) cobrança, totalizando R\$ 1.372 (R\$ 1.585 em 2023) e (viii) outros, totalizando R\$ 1.218 (R\$ 989 em 2023). Tributárias: Processo nº 15563.720122/2019-36: Autos de infração de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS referentes aos anos-calendários de 2014, 2015 e 2016 em função de glosa de despesas incorridas pela Concessionária em serviços comprovados e indispensáveis à manutenção de sua fonte produtiva. O valor atualizado da causa era de R\$ 272.815 em 2023. Em setembro de 2024, a impugnação foi julgada procedente e o auto de infração anulado. Dessa forma, os seus assessores legais da Concessionária consideraram a probabilidade de perda em 31 de dezembro de 2024 como remota. **22. Partes relacionadas:** Remuneração de pessoal chave da Administração: Os diretores são as pessoas-chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Concessionária. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram pagos pela Concessionária o montante total de R\$ 1.767 (R\$ 2.889 em 2023). Abaixo os valores estão segregados por natureza:

	31/12/2024	31/12/2023
Remunerações	1.319	2.094
Encargos sociais	378	718
Plano de saúde	25	35
Plano de previdência privada	31	30
Outros	14	12
	1.767	2.889

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante:		
Créditos com partes relacionadas		
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	195	286
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	-	53
Águas de Juturnaiba S.A.	-	43
Águas de Imperatriz S.A.	13	-
	208	382

	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante:		
Obrigações com acionistas		
Dividendos a pagar		
M&G Consultoria e Participações Ltda.	922	354
ERG Participações Ltda.	1.570	603
Credicom - Comercial Informática e Serviços Ltda.	922	354
Diferencial Empreendimentos Imobiliários Ltda.	158	61
Synval Filgueiras de Moraes Junior	1.297	498
Marcelo Borja Filgueiras de Moraes	1.728	663
Silvane Borja Filgueiras de Moraes Noll	1.297	498

Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	78.539	30.154
	86.433	33.185
Juros sobre capital próprio		
M&G Consultoria e Participações Ltda.	28	34
ERG Participações Ltda.	48	58
Credicom - Comercial Informática e Serviços Ltda.	28	34
Diferencial Empreendimentos Imobiliários Ltda.	5	6
Synval Filgueiras de Moraes Junior	40	48
Marcelo Borja Filgueiras de Moraes	53	64
Silvane Borja Filgueiras de Moraes Noll	40	48
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	2.403	2.896
	2.645	3.188
	89.078	36.373
Débitos com partes relacionadas		
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	3.032	2.198
	3.032	2.198
	92.110	38.571

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado com partes relacionadas		
Custos		
Análises laboratoriais		
Águas do Imperador S.A.	(179)	(216)
Despesas		
Contrato de gestão (Management Fee)		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	(30.086)	(28.027)
Total resultado com partes relacionadas	(30.265)	(28.243)

Os saldos decorrem de transações entre concessionárias do mesmo grupo econômico, vinculadas à compra e venda de peças de reposição ou das prestações de serviços, oriundos do: i) contrato de fruição de utilidades comuns com a Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda., resultando na estrutura de Unidade de Administração Central (UAC) para as áreas de finanças, planejamento, recursos humanos, tecnologia da informação e logística; ii) do contrato de gestão centralizada (Management Fee) com a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. **23. Patrimônio líquido:** a) Capital social: O capital social realizado é de R\$ 151.000 em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e está representado por 6.000 (seis mil) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 2.000 (duas mil) ações ordinárias e 4.000 (quatro mil) ações preferenciais.

Posição acionária	Quantidade de ações		% Capital
	Ordinárias	Preferenciais	
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	1.900	3.552	90,8667%
Marcelo Borja Filgueiras de Moraes	40	80	2,0000%
Synval Filgueiras de Moraes Junior	30	60	1,5000%
Silvane Borja Filgueiras de Moraes Noll	30	60	1,5000%
ERG Participações Ltda.	-	109	1,8167%
Credicom - Comercial Informática e Serviços Ltda.	-	64	1,0667%
M&G Consultoria e Participações Ltda.	-	64	1,0667%
Diferencial Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	11	0,1833%
	2.000	4.000	100%

b) **Reserva legal:** Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. c) **Reserva para investimentos:** Constituída reserva para investimentos de importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, cuja finalidade é financiar suas atividades, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou da criação de novos empreendimentos. A reserva para investimentos não pode exceder a 80% do capital social subscrito. d) **Dividendos e juros sobre capital próprio:** Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido, calculados nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício de 2024, foram distribuídos dividendos intermediários e intercalares nos montantes de R\$ 57.644 e R\$ 60.000, respectivamente. Além disso, foram destinados juros sobre o capital próprio no valor total de R\$ 14.525, sendo R\$ 2.179 referentes a imposto de renda retido na fonte, resultando em um valor líquido de R\$ 12.346 para distribuição aos acionistas. A destinação do lucro para distribuição de dividendos foi a seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido	137.621	132.741
Constituição da reserva legal - 5% (i)	-	-
Base de cálculo dos dividendos	137.621	132.741
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	34.405	33.185
(i) Não houve destinação para reserva legal, uma vez que o saldo atingiu o limite de 20% do capital social, em conformidade com a legislação. e) Reserva para retenção de lucros: Para atender a projetos de investimentos previstos no orçamento de capital, a Concessionária retém parte do lucro do exercício, conforme disciplinado pelo artigo 196 da Lei nº 6.404/76.		
24. Receita líquida	31/12/2024	31/12/2023
Receita de prestação de serviços	665.954	643.259
Receita de construção	42.472	44.906
Cancelamentos	(8.225)	(6.010)
	700.201	682.155
PIS e COFINS sobre serviços prestados	(60.632)	(58.609)
Descontos concedidos	(4.402)	(3.745)
Receita líquida	635.167	619.801

25. Custos dos serviços prestados	31/12/2024	31/12/2023
Taxas de recursos hídricos e ambientais	(2.053)	(2.078)
Ônus da concessão	(17.955)	(18.700)
Energia elétrica	(33.082)	(29.490)
Custo de construção	(42.472)	(44.906)
Água	(112.254)	(109.579)
Materiais aplicados nos serviços	(16.105)	(14.545)
Salários e benefícios a empregados	(40.381)	(40.245)
Utilização de imóveis e telefonia	(368)	(361)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(6.726)	(7.085)
Serviços de terceiros	(18.375)	(18.377)
Depreciações e amortizações	(23.747)	(22.362)
Outros custos	(370)	(463)
	(313.888)	(308.191)

	31/12/2024	31/12/2023
26. Despesas gerais e administrativas	31/12/2024	31/12/2023
Salários e benefícios a empregados	(32.302)	(33.221)
Utilização de imóveis e telefonia	(591)	(670)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(1.192)	(1.095)
Serviços de terceiros	(53.865)	(43.357)
Despesas com contencioso	(3.816)	(3.516)
Impostos, encargos, taxas e contribuições	(152)	(167)
Depreciações e amortizações	(619)	(551)
Provisão para perdas esperadas de crédito das contas a receber	(27.963)	(25.091)
Reversão de contingências	2.045	1.471
Despesas com informática	(4.108)	(2.776)
Outras despesas	(9.450)	(8.127)
	(132.013)	(117.300)

	31/12/2024	31/12/2023
27. Resultado financeiro	31/12/2024	31/12/2023
Recostas financeiras		
Rendimentos com aplicações financeiras	11.743	15.859
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(896)	(1.020)
Juros e multas vinculadas à operação	5.308	5.377
Variação monetária sobre outros ativos	1.327	16
Ganhos com operações de swap	534	402
Ganhos com derivativos	45	492
Outras receitas financeiras	346	264
	18.407	21.390

Despesas financeiras		
Juros com financiamentos, debêntures e notas comerciais escriturais	(16.622)	(19.698)
Juros sobre arrendamentos	(59)	(194)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(648)	(965)
Atualização monetária das contingências	3.292	(276)
Tributos sobre operações financeiras	(703)	(157)
Descontos concedidos	(1.446)	(2.559)
Perdas com operações de swap	(21)	(194)
Perda com derivativos	(538)	(575)
Outras despesas financeiras	(735)	(665)
	(17.480)	(25.283)
Resultado financeiro	927	(3.893)

28. Seguros: O Grupo Águas do Brasil adota a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, patrimoniais, ambientais e de responsabilidade civil dos administradores (D&O), entre outros, especificamente associados à natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre construção, fornecimento ou prestação de serviços. A cobertura em 31 de dezembro de 2024 está apresentada a seguir:

Descrição de seguro	Vigência das apólices	Cobertura
Risco de engenharia e responsabilidade civil obras	31/12/2024 a 31/12/2025	132.878
Riscos operacionais	17/01/2025 a 17/01/2026	75.000
Responsabilidade civil administradores - D&O	27/10/2024 a 27/10/2025	50.000
Garantia de concessão	06/01/2025 a 06/01/2026	13.562
Responsabilidade civil geral	17/01/2025 a 17/01/2026	13.000
Riscos ambientais	22/12/2024 a 22/12/2025	5.000
Garantia judicial	16/03/2023 a 04/03/2027	5.161
Seguro empresarial	23/02/2025 a 23/02/2026	884
Performance Bond	10/10/2024 a 29/12/2025	41.144
Seguro de veículos	17/10/2024 a 17/10/2025	200
29. Transações que não envolvem caixa: Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 de 2023, a Concessionária realizou as seguintes atividades que não envolveram caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:	31/12/2024	31/12/2023
Adição de direito de uso	38	134
IRRF sobre swap	-	60
Juros capitalizados	8.372	4.220
	8.490	4.294

Bernardo Machado Alves Gonçalves - Diretor;
Thiago Contage Damasceno - Diretor
Anderson Xavier de Farias
Contador - CPF: 022.482.407-40 - CRC RJ-091850/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da **Águas de Niterói S.A.**: Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Águas de Niterói S.A. ("Concessionária"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 19 de março de 2025. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F; Gláucio Dutra da Silva - Contador CRC-IRJ090174/O.